

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SANTA VITÓRIA DO
PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Entre

SANTA VITÓRIA DO PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
como Emissora

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Acionistas Fiadores Brasileiros

SANTA VITÓRIA DO PALMAR I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
como Intervenientes-Anuentes

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário

datado de 06 de janeiro de 2015

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large 'P' and various initials like 'M', 'A', 'X', 'H'.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SANTA VITÓRIA DO PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

SANTA VITÓRIA DO PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 18.156.217/0001-50, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.489.312/0001-27, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Atlantic");

ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído na forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.686.879/0001-32 ("FIP Actis"), neste ato representado nos termos de seu regulamento;

PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 231, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.704.755/0001-27 e na JUCEPAR sob o NIRE nº 413.000.774.44, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Pattac" e, em conjunto com Atlantic e FIP Actis "Acionistas Fiadores Brasileiros");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora e com os Acionistas Fiadores Brasileiros, "Partes"); e

Como intervenientes-anuentes:

SANTA VITÓRIA DO PALMAR I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.869.355/0001-40, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE I");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.888.311/0001-67, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE II");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.869.512/0001-17, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE III");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.888.199/0001-64, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE IV");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.868.433/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE V");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.944.650/0001-13, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE VI");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.896.691/0001-81, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE VII");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.941.770/0001-67, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE VIII");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.891.491/0001-36, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE IX");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.917.214/0001-55, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE X");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.593.647/0001-81, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE XI")

SANTA VITÓRIA DO PALMAR XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.586.118/0001-50, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE XII") e, em conjunto com SPE I, SPE II, SPE III, SPE IV, SPE V, SPE VI, SPE VII, SPE VIII, SPE IX, SPE X e SPE XI, "SPEs"),

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Debêntures" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 06 de janeiro de 2015 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 06 de janeiro de 2015 ("RCA"), nos termos do estatuto social da Emissora.

1.2. A constituição das Garantias e da Fiança, conforme descritas nas Cláusulas 4.1.10.1 e 4.1.10.2 abaixo, conforme o caso, foram aprovadas: (i) pela Emissora, com base nas deliberações da AGE e da RCA; (ii) pela Atlantic, com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Atlantic e da Reunião do Conselho de Administração da Atlantic realizadas em 06 de janeiro de 2015 ("AGE Atlantic" e "RCA Atlantic"); (iii) pelo FIP Actis, com base na deliberação da 26ª Assembleia Geral de Cotistas do FIP Actis realizada em 22 de dezembro de 2014 ("AGC FIP Actis"); (iv) pela Pattac, com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Pattac realizada em 06 de janeiro de 2015 ("RCA Pattac"); e (v) pelas SPEs, com base nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias das SPEs realizadas em 06 de janeiro de 2015 ("AGEs SPEs").

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. As atas da AGE e da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") e publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal Indústria e Comércio, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A ata da AGE Atlantic, a ata da RCA Atlantic, a ata da RCA Pattac e as atas das AGEs SPES de que tratam os itens (ii), (iv) e (v) da Cláusula 1.2. acima serão arquivadas na JUCEPAR e publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal Indústria e Comércio, e a ata da AGC FIP Actis de que trata o item (iii) da Cláusula 1.2. acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e encaminhada à CVM.

2.1.2. Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos e arquivados na JUCEPAR, de acordo com o disposto no inciso II e no §3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, dado que os protocolos na JUCEPAR devem ser realizados no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data da assinatura da Escritura ou de eventuais aditamentos.

2.1.2.2. Em virtude da Fiança, conforme definido na Cláusula 4.1.10.2 abaixo, prestada pelos Acionistas Fiadores Brasileiros em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, nos termos do artigo 130, item 3º, da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, sendo certo que o registro da presente Escritura nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes será condição essencial para a integralização das Debêntures.

2.1.2.3. Após o registro da Escritura e seus eventuais aditamentos, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura devidamente registrada na JUCEPAR e em cada um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes tempestivamente após a obtenção dos respectivos registros.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.4.1. A Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §1º inciso I e §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente desde 3 de fevereiro de 2014. Entretanto, o cumprimento da obrigação fica condicionado à expedição de

regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código até o envio à CVM do encerramento da oferta.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social administrar os bens próprios e as participações no capital das empresas do complexo de Santa Vitória do Palmar, mediante a exploração dos parques eólicos: Aura Mangueira IV; Aura Mangueira VI, Aura Mangueira VII; Aura Mangueira XI; Aura Mangueira XII; Aura Mangueira XIII; Aura Mangueira XV; Aura Mangueira XVII; Aura Mirim II; Aura Mirim IV; Aura Mirim VI; Aura Mirim VIII, bem como a participação em outras sociedades com objeto social compatível, como sócia ou acionista, e ainda a participação no capital de empresas de qualquer ramo de atividades ou natureza jurídica.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sendo R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) o montante total da emissão da primeira série das Debêntures e R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) o montante total da emissão da segunda série das Debêntures, na data das respectivas integralizações.

3.4. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.4.1. O Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, será o banco liquidante e o escriturador mandatário das Debêntures ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos captados por meio da Emissão das Debêntures serão destinados para desenvolvimento e investimentos no complexo de Santa Vitória do Palmar, composto por 10 (dez) parques eólicos com capacidade instalada total de 153 MW comercializados no 18º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme Edital de Leilão nº 10/2013-ANEEL – Processo nº 48500.004241/2013-46 (Leilão "A-5") e 2 (dois) parques eólicos com capacidade instalada total de 54 MW comercializados no Leilão nº 03/2014 – Processo nº 48500.000528/2014-88 (Leilão "A-3"), todos localizados em Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, com as seguintes características ("Projeto"):

- (i) a SPE I foi autorizada por meio da Portaria nº 361, de 22 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mangueira IV, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do

Rio Grande do Sul, com 22.000 kW de capacidade instalada e 9.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por onze unidades geradoras de 2.000 kW;

- (ii) a SPE II foi autorizada por meio da Portaria nº 357, de 22 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mangueira VI, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 28.000 kW de capacidade instalada e 12.300 kW médios de garantia física de energia, constituída por quatorze unidades geradoras de 2.000 kW;
- (iii) a SPE III foi autorizada por meio da Portaria nº 380, de 29 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado, Interino, de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mangueira XI, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 10.000 kW de capacidade instalada e 4.300 kW médios de garantia física de energia, constituída por cinco unidades geradoras de 2.000 kW;
- (iv) a SPE IV foi autorizada por meio da Portaria nº 326, de 11 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mangueira XII, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 16.000 kW de capacidade instalada e 6.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por oito unidades geradoras de 2.000 kW;
- (v) a SPE V foi autorizada por meio da Portaria nº 334, de 14 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mangueira XIII, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 14.000 kW de capacidade instalada e 6.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por sete unidades geradoras de 2.000 kW;
- (vi) a SPE VI foi autorizada por meio da Portaria nº 335, de 14 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mangueira XV, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 18.000 kW de capacidade instalada e 7.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por nove unidades geradoras de 2.000 kW;
- (vii) a SPE VII foi autorizada por meio da Portaria nº 344, de 17 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mangueira XVII, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 14.000 kW de capacidade instalada e 5.800 kW médios de garantia física de energia, constituída por sete unidades geradoras de 2.000 kW;
- (viii) a SPE VIII foi autorizada por meio da Portaria nº 343, de 17 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de

Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mirim IV, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 14.000 kW de capacidade instalada e 6.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por sete unidades geradoras de 2.000 kW;

- (ix) a SPE IX foi autorizada por meio da Portaria nº 362, de 22 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mirim VI, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 8.000 kW de capacidade instalada e 3.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por quatro unidades geradoras de 2.000 kW;
- (x) a SPE X foi autorizada por meio da Portaria nº 360, de 22 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mirim VIII, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 8.000 kW de capacidade instalada e 3.300 kW médios de garantia física de energia, constituída por quatro unidades geradoras de 2.000 kW;
- (xi) a SPE XI não possui nesta data autorização expedida pelo ministério competente, a qual, de acordo com o cronograma do Leilão A-3, ocorrerá em 30 de janeiro de 2015, porém teve homologação e adjudicação publicada no Diário Oficial da União em 10 de setembro de 2014, pela qual se estabelecerá como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do Parque Eólico Aura Mangueira VII; e
- (xii) a SPE XII não possui nesta data autorização expedida pelo ministério competente, a qual, de acordo com o cronograma do Leilão A-3, ocorrerá em 30 de janeiro de 2015, porém teve homologação e adjudicação publicada no Diário Oficial da União em 10 de setembro de 2014, pela qual se estabelecerá como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do Parque Eólico Aura Mirim II.

3.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.6.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 e 3.6.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.6.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução CVM 409, poderão subscrever

ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.6.3. Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.6.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, não solidária, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder" e "Coordenadores"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme, da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures deverão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM nem perante a ANBIMA, por conta de não ter sido expedida até o momento de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, conforme mencionado nas Cláusulas 2.1.3.1 e 2.1.5.1 acima; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.7.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.7.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.7.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura e no Contrato de Distribuição.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures, sendo 12.000 (doze mil) Debêntures na primeira série e 8.000 (oito mil) Debêntures na segunda série.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em duas séries.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 06 de janeiro de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao final do prazo de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 06 de janeiro de 2016 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas nesta Escritura.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será

reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.8. *Conversibilidade e Permutabilidade*

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis e não permutáveis em ações de emissão da Emissora ou de terceiros.

4.1.9. *Espécie*

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.10. *Garantias*

4.1.10.1. *Garantias Reais.* Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, a serem assumidas pela Emissora nesta Escritura, são concedidas as seguintes garantias reais ("Garantias") : (i) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios, direitos emergentes, de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes das autorizações das SPEs e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs das SPEs e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como das Contas Vinculadas, conforme definido no item (d) da Cláusula 2.1 do contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, conforme definido abaixo, e dos direitos creditórios sobre a totalidade dos valores a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas conforme definido no item (d) da Cláusula 2.1 do contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, conforme definido abaixo ("Cessão Fiduciária de Direitos"); (ii) alienação fiduciária das ações de emissão das SPEs detidas pela Emissora ("Alienação Fiduciária de Ações"); e (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do Projeto detidos pelas SPEs ("Alienação Fiduciária de Ativos" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos e a Alienação Fiduciária de Ações, "Contratos de Garantia").

4.1.10.1.1. Os registros dos Contratos de Garantia nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes e a averbação do ônus criado pela Alienação Fiduciária de Ações no Livro de Registro de Ações das SPEs deverão ser realizados no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data da assinatura de cada um dos Contratos de Garantia, sendo certo que o registro dos Contratos de Garantia será condição essencial para a integralização das Debêntures.

4.1.10.2. *Garantia Fidejussória.* Os Acionistas Fiadores Brasileiros, por esta Escritura, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, em caráter não solidário entre si e no limite da participação, direta ou indireta, de cada um no capital social da Emissora e da Atlantic, conforme o caso, principais pagadores, nos termos do artigo 275 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), por todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Valor Garantido"), renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333,

parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança", a qual para todos os fins fica incorporada na definição de Garantias estabelecida na Cláusula 4.1.10.1 acima).

4.1.10.2.1. Os Acionistas Fiadores Brasileiros desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, o período de 60 (sessenta) dias após a Data de Vencimento, ou até a data do pagamento integral, o que ocorrer primeiro, do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, incluindo, mais não se limitando à Remuneração, encargos moratórios aplicáveis, bem como as demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

4.1.10.2.2. Nos termos do artigo 823 do Código Civil, a presente Fiança é prestada pelos Acionistas Fiadores Brasileiros de forma parcial, estando cada Acionista Fiador Brasileiro obrigado até o limite do percentual do Valor Garantido correspondente a sua participação no capital social da Atlantic na presente data, quais sejam: FIP Actis 60% (sessenta por cento) e Pattac 24% (vinte e quatro por cento), sendo que, no caso da reestruturação prevista no item "xiii" da Cláusula 5.3 abaixo, eventual aumento de sua participação dos Acionistas Fiadores Brasileiros na Atlantic implicará em aumento proporcional em sua obrigação como fiador perante os Debenturistas. A Atlantic, por sua vez, presta Fiança de forma integral.

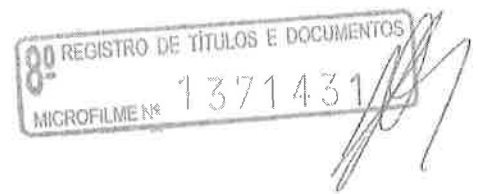
4.1.10.2.3. O Valor Garantido será pago pelos Acionistas Fiadores Brasileiros, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil contado da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

4.1.10.2.4. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer quaisquer medidas executórias, seja no âmbito extrajudicial ou judicial, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.10.2.5. Os Acionistas Fiadores Brasileiros desde já concordam e obrigam-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por quaisquer valores honrados nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.10.2.6. Uma vez vencidas as Debêntures e não pagas pela Emissora, ou caso as Debêntures sejam declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis nos termos da Cláusula 5.3 abaixo, a Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.1.10.2.7. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelos Acionistas Fiadores Brasileiros em decorrência da Fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros,



bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo os Acionistas Fiadores Brasileiros pagarem as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores não fossem devidos. Tal previsão inclui quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já mencionados existentes.

4.1.10.2.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Acionistas Fiadores Brasileiros com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.1.10.2.9. A Fiança é prestada pelos Acionistas Fiadores Brasileiros em caráter irrevogável, irretratável e não solidário, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos.

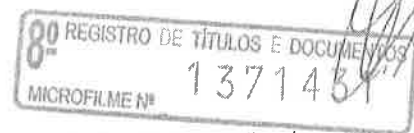
4.1.10.2.10. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Acionistas Fiadores Brasileiros.

4.1.10.2.11. As obrigações dos Acionistas Fiadores Brasileiros aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.1.10.2.12. Adicionalmente à Fiança, será prestada garantia fidejussória pela Servinoga, S.L., sociedade limitada com sede na Avenida de Orense, 1-B, CIF n.º B36301109, na Cidade de Marín (Pontevedra), Espanha, inscrita no CNPJ/MF para fins de registro no Banco Central do Brasil sob o n.º 10.824.702/0001-43 ("Servinoga"), acionista da Atlantic, em favor dos Debenturistas com relação ao Valor Garantido, nos termos de instrumento próprio de lei espanhola denominado "aval a primer requerimiento" ("Garantia Servinoga"), sendo certo que a validade, eficácia e exequibilidade da Garantia Servinoga será condição essencial para a integralização das Debêntures.

4.1.10.2.13. Para todos os fins do disposto na Cláusula 4.1.10.2.11 acima, fica estabelecido que os documentos representativos da Garantia Servinoga a ser outorgada pela Servinoga deverão estar devidamente notariados, consularizados e/ou de outra forma devidamente legalizados de acordo com as disposições de apostilamento e registro de documentos estrangeiros aplicáveis, de forma que sejam existentes, válidos e vigentes no Brasil, para todos os fins e efeitos legais, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados desde a primeira data da subscrição e integralização das Debêntures.

4.1.10.2.14. Tendo em vista que a Garantia Servinoga será regida pela legislação espanhola respectivamente prestada na presente Emissão, fica desde já certo e ajustado que a subscrição, integralização e/ou aquisição das Debêntures pelo respectivo Debenturista importará na ciência e



no consentimento por parte de tal Debenturista com relação à necessidade de excussão da presente garantia perante os tribunais espanhóis, pela regência da lei espanhola. Renuncia o Debenturista a quaisquer reclamações, ações e/ou questionamentos perante o Agente Fiduciário (quer seja em âmbito judicial, administrativo ou outro) como a qualquer prejuízo causado pela não adoção da sua excussão pelas leis brasileiras no território nacional. Ao adquirir as Debêntures, os Debenturistas automaticamente se declaram cientes e de acordo com todos os riscos envolvidos na adoção deste procedimento, isentando o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação ao fato.

4.1.10.2.15. Será celebrado nesta data um contrato de suporte de acionistas e outras avenças, por meio do qual os acionistas da Atlantic se comprometem a, diante de eventos a serem determinados do referido documento, realizar aporte(s) de capital na Atlantic, a qual repassará tal aporte para a Emissora e/ou as SPEs a fim de suprir quaisquer insuficiências de caixa do Projeto, incluindo, mas não se limitando, a compromissos financeiros assumidos para o desenvolvimento do Projeto ("Contrato de Suporte de Acionistas"). Fica desde já estabelecido entre as Partes que, quando da ocorrência de quaisquer dos eventos de aporte relacionados às Debêntures, quais sejam, itens "ii", "iii", "iv" e "v" da Cláusula 2.6 do Contrato de Suporte de Acionistas ("Aportes"), este apenas será utilizado: (i) após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) caso os Acionistas Atlantic não efetuem o pagamento da fiança no prazo previsto na cláusula 4.1.10.2.3 acima e/ou caso o pagamento da fiança realizado pelos Acionistas Atlantic não seja suficiente para satisfazer integralmente toda e qualquer obrigação, principal ou acessória, decorrente das Debêntures e exaurir todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais. Após a verificação da ocorrência do evento mencionado no item (ii) acima, os Debenturistas se reunirão em Assembleia Geral de Debenturistas para decidir sobre a prioridade entre a utilização do Contrato de Suporte de Acionistas e a excussão das garantias reais previstas nesta Escritura. Caso não haja consenso entre os Debenturistas no que tange à decisão mencionada acima, fica desde já estabelecido que será dada prioridade à utilização do Contrato de Suporte de Acionistas, ou seja, as garantias reais previstas nesta Escritura somente poderão ser executadas se: (i) não houver verificação dos Aportes, nos termos e dentro dos prazos previstos no Contrato de Suporte de Acionistas; ou (ii) após a verificação dos Aportes a serem realizados nos termos e dentro dos prazos previstos no Contrato de Suporte de Acionistas, o mencionado Aporte não seja suficiente para satisfazer integralmente toda e qualquer obrigação, principal ou acessória, decorrente das Debêntures e exaurir todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura, sendo certo que tal procedimento de excussão será iniciado imediatamente após a não verificação dos Aportes ou a verificação da insuficiência mencionada acima e deverá obedecer o quanto disposto nos respectivos Contratos de Garantia.

4.1.10.2.16. *Compartilhamento de Garantias Reais.* As Garantias mencionadas na Cláusula 4.1.10.1 acima serão compartilhadas entre esta Emissão e a primeira emissão de debêntures da Emissora, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., celebrado em 24 de abril de 2014, sendo certo que os termos e condições do compartilhamento serão determinados em documento específico, mediante aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, dentro do prazo de distribuição, de acordo com o disposto no artigo 7º-A da Instrução CVM 476.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* de acordo com a Cláusula 4.5.1 abaixo, desde a primeira data de integralização das Debêntures de cada série, observado o disposto na Cláusula 3.6.4 acima.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.4. Atualização Monetária do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Remuneração

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário desde a data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a Data de Vencimento ("Remuneração").

4.5.1.2. A Remuneração será paga integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento, na data de eventual vencimento antecipado ou de resgate antecipado, conforme definido na Cláusula 5.2.1 abaixo.

4.5.1.3. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor unitário da remuneração devida, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI produtivo das Taxas DI-Over desde a data da primeira integralização das Debêntures de cada série (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI-Over consideradas entre a data da primeira integralização das Debêntures de cada série e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

DP = número de dias úteis entre a data da primeira integralização das Debêntures de cada série, inclusive, e a Data de cálculo, exclusive, sendo "DP" um número inteiro.

Spread = 3,0000 (três inteiros).

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.5.1.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.

4.5.1.4.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Ausência da Taxa DI"), o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição dos Debenturistas, em comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor na Data de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos contados do dia da Ausência da Taxa DI. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração,

permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.5.1.6. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da data da primeira integralização das Debêntures de cada série. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada; ou
- (ii) a Emissora realizará a amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, nos termos do cronograma sugerido na referida Assembleia Geral de Debenturistas, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelos Debenturistas reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sendo que a taxa de remuneração substituta deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5.1.6.1. Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas reunidos na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) mencionada no item (ii) da Cláusula 4.5.1.6 acima, será utilizada então a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias, conforme apurada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, exclusivamente para fins de amortização prevista no item (ii) da Cláusula 4.5.1.6 acima.

4.5.1.6.2. Caso haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a taxa de remuneração substituta, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a referida remuneração substituta, conforme previsto no inciso (ii) desta Cláusula 4.5.1.6, para implementação da nova taxa e do cronograma de amortização das Debêntures.

4.5.1.7. Para efeitos de quórum, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em

tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Pagamento do Principal

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, a partir da data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de amortização extraordinária e de resgate antecipado previstas nesta Escritura.

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante e Escriitador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.8.3. Encargos Moratórios

4.8.3.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos

serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 0 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a Data de Vencimento.

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal Indústria e Comércio, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no § 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração das demais Debêntures.

5.2. Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório e Amortização Extraordinária Obrigatória

5.2.1. Amortização Extraordinária Facultativa ou Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 23 de outubro de 2015 (inclusive), realizar, mediante pagamento do prêmio estabelecido na Cláusula 5.2.1.2 abaixo, observadas as condições e os prazos das Cláusulas abaixo: (i) a amortização extraordinária facultativa, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente,

todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária Facultativa"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), conforme for o caso.

5.2.1.2. O valor da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no caso de Resgate Antecipado Facultativo, ou à parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no caso de Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a data da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa; e (ii) de prêmio *flat* de 0,48% (quarenta e oito centésimos por cento) ao ano *pro rata temporis* calculado desde a data da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração.

5.2.1.3. A Emissora deverá comunicar, via notificação individual ou publicação de aviso aos Debenturistas, a critério da Emissora, a CETIP e os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, sobre a realização da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo. O pagamento das Debêntures resgatadas ou amortizadas será realizado de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.2.1.4. A comunicação mencionada na Cláusula 5.2.1.3 acima deverá conter ao menos: (i) a data estimada para realização da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso; (ii) o valor do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa; (iii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que serão amortizadas, na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa; e (iv) a(s) série(s) objeto de Amortização Extraordinária Facultativa ou Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso.

5.2.1.5. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo, as Debêntures deverão ser canceladas.

5.2.1.6. No caso de Amortização Extraordinária Facultativa, o Valor Nominal Unitário será ajustado (reduzido) de maneira que a Remuneração possa incidir sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a data do pagamento da respectiva Amortização Extraordinária Facultativa.

5.2.2. Resgate Antecipado Obrigatório e Amortização Extraordinária Obrigatória

5.2.2.1. A Emissora deverá realizar o resgate antecipado total das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"), sem qualquer multa ou prêmio, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a ocorrência do primeiro desembolso no âmbito do financiamento de longo prazo a ser contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e/ou através da emissão de debêntures amparadas pelo artigo 2º da Lei 12.431/11 relacionados ao Projeto e/ou através de contratação de quaisquer outros instrumentos de financiamento de longo prazo (entendidos como instrumentos de financiamento com prazo igual ou superior a 5 (cinco) anos),

sejam contratados pela Emissora e/ou pelas SPEs ("Financiamentos de Longo Prazo"), observado que, nesta hipótese, não haverá prêmio de resgate.

5.2.2.2. O valor do Resgate Antecipado Obrigatório devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a data do Resgate Antecipado Obrigatório ("Valor do Resgate Antecipado").

5.2.2.3. Caso o valor do primeiro desembolso no âmbito do Financiamento de Longo Prazo não seja igual ou superior ao Valor do Resgate Antecipado, a Emissora deverá utilizar a totalidade destes recursos para realizar a amortização extraordinária obrigatória das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), no valor obtido com o primeiro desembolso, e a medida em que novos desembolsos sejam feitos no âmbito do Financiamento de Longo Prazo, a Emissora realizará Resgate Antecipado Obrigatório ou o pagamento integral das Debêntures na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro.

5.2.2.4. A Emissora deverá comunicar, via notificação individual ou publicação de aviso aos Debenturistas, a critério da Emissora, a CETIP e os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória. O pagamento das Debêntures resgatadas ou amortizadas será realizado de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.2.2.5. A comunicação mencionada na Cláusula 5.2.2.5 acima deverá conter: (i) a data estimada para realização da Amortização Extraordinária Obrigatória ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso; (ii) o Valor do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária Obrigatória; (iii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que serão amortizadas, na hipótese de Amortização Extraordinária Obrigatória; e (iv) a(s) série(s) objeto de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso.

5.2.2.6. Em caso de Resgate Antecipado Obrigatório, as Debêntures deverão ser canceladas.

5.2.2.7. No caso de Amortização Extraordinária Obrigatória, o Valor Nominal Unitário será ajustado (reduzido) de maneira que a Remuneração possa incidir sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a data do pagamento da respectiva Amortização Extraordinária Obrigatória.

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 0 e 0 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da data da primeira

integralização das Debêntures de cada série até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) descumprimento, pela Emissora ou pelos Acionistas Fiadores Brasileiros, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, se houver, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil;
- (ii) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária decorrente do Contrato de Suporte de Acionistas por qualquer uma de suas partes, observados os prazos previstos em referido instrumento;
- (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou das SPEs e não devidamente elidido no prazo legal;
- (iv) pedido de autofalência formulado pela Emissora, pelos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou pelas SPEs;
- (v) se a Emissora, os Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou as SPEs propuser(em) plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial de referido plano; ou se a Emissora e/ou os Acionistas Fiadores Brasileiros ingressar(em) em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se a Emissora e/ou os Acionistas Fiadores Brasileiros, por qualquer motivo, encerrar suas atividades;
- (vi) intervenção, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou das SPEs;
- (vii) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão e da Oferta;
- (viii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Acionistas Fiadores Brasileiros, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura, sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- (ix) questionamento pela Emissora, pelos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou pelas SPEs da validade ou exequibilidade das Garantias, da Garantia Servinoga e/ou do Contrato de Suporte de Acionistas;
- (x) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que estejam sujeitas a Emissora, os Acionistas Fiadores Brasileiros, a Servinoga ou qualquer uma das SPEs, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, pelos Acionistas Fiadores Brasileiros, pela Servinoga ou por qualquer uma das SPEs, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a: (i) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora ou de qualquer das SPEs; ou (ii) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Atlantic, do FIP Actis, da Pattac ou da Servinoga.

- (xi) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que estejam sujeitas a Emissora, os Acionistas Fiadores Brasileiros, a Servinoga ou qualquer uma das SPEs, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, pelos Acionistas Fiadores Brasileiros, pela Servinoga ou por qualquer uma das SPEs, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a: (i) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora ou de qualquer das SPEs; ou (ii) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Atlantic, do FIP Actis, da Pattac ou da Servinoga, em qualquer dos casos não sanado no prazo de cura estabelecido no respectivo instrumento ou, caso não haja previsão de prazo de cura no respectivo instrumento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do inadimplemento;
- (xii) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;
- (xiii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer reorganização societária envolvendo a Emissora, a Atlantic e as SPEs, sem a prévia autorização dos Debenturistas, exceto em caso de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer reorganização societária entre o FIP Actis, a Pattac e a Servinoga, desde que: (i) o FIP Actis mantenha-se como controlador direto ou indireto da Emissora e das SPEs detendo, ao menos, 60% (sessenta por cento) do capital social da Emissora e das SPEs; e (ii) o FIP Actis e a Pattac, mantenham-se como controladores direto ou indireto da Emissora e das SPEs detendo, ao menos, em conjunto, 84% (oitenta e quatro por cento) do capital social da Emissora e das SPEs;
- (xiv) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (xv) alteração do objeto social da Emissora, das SPEs, da Pattac e/ou da Atlantic sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- (xvi) a não ocorrência da Amortização Extraordinária Obrigatória e/ou do Resgate Antecipado Obrigatório em caso de desembolso no âmbito dos Financiamentos de Longo Prazo, conforme definido na Cláusula 5.2.2.1 acima;
- (xvii) caso a Emissora contrate novos endividamentos, com exceção: (a) de recursos recebidos de seus acionistas nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas; (b) dos Financiamentos de Longo Prazo; e (c) de eventuais mútuos *intercompany*, desde que o direito de crédito contra a Emissora decorrente de referido mútuo seja sempre subordinado aos direitos dos demais credores da Emissora;
- (xviii) caso qualquer uma das SPEs contrate novos endividamentos, com exceção: (a) de recursos recebidos de seus acionistas nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas; (b) dos Financiamentos de Longo Prazo; e (c) de eventuais mútuos *intercompany*, desde que os direitos de crédito contra as SPEs decorrentes de referidos mútuos sejam sempre subordinados aos direitos dos demais credores das SPEs;
- (xix) alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto se houver anuência prévia dos Debenturistas representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. A expressão "controle acionário" deverá ser entendida,

para fins desta Escritura, como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(xx) celebração pela Emissora de contrato de mútuo, na qualidade de mutuante, exceto se referido mútuo for concedido para uma das SPEs;

(xxi) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Acionistas Fiadores Brasileiros, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, no Contrato de Suporte de Acionistas ou nos Contratos de Garantia, observados os prazos de remediação específicos, se houver;

(xxii) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária decorrente do Contrato de Suporte de Acionistas por qualquer uma de suas partes não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis;

(xxiii) comprovação de inveracidade, falsidade ou omissão material de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura e/ou Acionistas Fiadores Brasileiros nos Contratos de Garantia ou no Contrato de Suporte de Acionistas, conforme o caso;

(xxiv) não renovação, cancelamento, revogação, encampação, caducidade ou extinção de qualquer autorização e/ou licença emitida pela ANEEL em favor das SPEs, desde que não sanada no prazo de 20 (vinte) dias úteis;

(xxv) desapropriação, confisco, arresto, sequestro ou penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora, dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou das SPEs que, individual ou conjuntamente, em qualquer desses casos, representem 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora, dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou das SPEs, apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, exceto se a Emissora comprovar em até 20 (vinte) dias úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

(xxvi) inobservância da legislação socioambiental, conforme: (a) verificado por decisão administrativa não passível de recurso ou existência de sentença transitada em julgado contra a Emissora, os Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou as SPEs em razão de tal inobservância ou incentivo; ou (b) pela inclusão da Emissora, dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou das SPEs em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental, desde que não solucionada no prazo de 30 (trinta) dias úteis contado da data da respectiva inclusão;

(xxvii) caso as Garantias e/ou o Contrato de Suporte de Acionistas venha(m) a se tornar inválidas, ineficazes, inexecutáveis ou insuficientes;

(xxviii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais da Emissora e/ou das SPEs, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou das SPEs, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data de tal decisão de não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou das SPEs comprove(m) a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção de referida licença, autorização ou alvará;

(xxix) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado do protesto: (a) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese; ou (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) a Emissora tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

(xxx) protestos de títulos contra qualquer uma das SPEs, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado do protesto: (a) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese; ou (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) a SPE em questão tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

(xxxi) protestos de títulos contra os Acionistas Fiadores Brasileiros, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado do protesto: (a) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese; ou (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) os Acionistas Fiadores Brasileiros tiverem apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

(xxxii) alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora e/ou pelas SPEs, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora e/ou das SPEs, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se: (a) alienações ou onerações decorrentes dos Contratos de Garantias e do Contrato de Suporte de Acionistas; (b) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade "leasing operacional", devidamente formalizado por meio de instrumento contratual) em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora não superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); (c) alienações ou onerações decorrentes de leis; (d) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências incluídas nas autorizações das SPEs para desenvolvimento do Projeto; ou (e) Garantias e/ou nos Financiamentos de Longo Prazo;

(xxxiii) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);

(xxxiv) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra qualquer uma das SPEs, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);

(xxxv) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra os Acionistas Fiadores Brasileiros, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);

(xxxvi) comprovação de que qualquer disposição desta Escritura for revogada, rescindida, se tornar nula ou deixar de estar em pleno efeito e vigor;

(xxxvii) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, pelos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou pelas SPEs, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;

(xxxviii) suspensão ou intervenção na atividade objeto das autorizações das SPEs para desenvolvimento do Projeto, desde que tal suspensão ou intervenção não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertida em um prazo de 20 (vinte) dias úteis contado da emissão da lei, decreto ou ato normativo de natureza similar da autoridade governamental competente declarando a suspensão ou intervenção;

(xxxix) caso qualquer uma das declarações e garantias dadas pela Emissora e/ou pelos Acionistas Fiadores Brasileiros nesta Escritura não sejam, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos; e

(xl) caso a relação de dívida bruta sobre capital próprio da Emissora, calculada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, ultrapasse o índice de 70%/30%, observado que, para fins deste item, o termo "dívida bruta" abrangerá apenas as obrigações de natureza financeira, de curto e longo prazo, assumidas pela Emissora.

5.3.1.1. Os valores mencionados nos itens da Cláusula 5.3.1 acima serão reajustados ou corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (i) a (xx) e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, no prazo estabelecido na Cláusula 5.3.3 abaixo.

5.3.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento excetuados os mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar por mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. Caso os Debenturistas decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, sendo certo que será declarado o vencimento antecipado das Debêntures caso não seja atingido o *quorum* de instalação em primeira ou segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada ou com aviso de recebimento expedido pelo correio informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das Debêntures deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis, em uma única data, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a data do pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

5.3.5. No caso de um dos Eventos de Inadimplemento vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas na CETIP, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. A Emissora ou a Atlantic, conforme o caso, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

(i) disponibilizar ao Agente Fiduciário:

- (a) em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como do envio de declaração, assinada por representante legal da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora.
- (b) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contado da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados;
- (c) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomar ciência do respectivo descumprimento; e

- (d) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").
- (ii) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em efeito material adverso, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas, para as atividades da Emissora ou a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (iii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (iv) manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura;
- (v) notificar o Agente Fiduciário sobre: (i) a ocorrência de quaisquer Evento de Inadimplemento em até 1 (um) dia útil contado da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua ocorrência; (ii) a contratação de quaisquer Financiamentos de Longo Prazo em até 1 (um) dia útil contado da referida contratação; e (iii) qualquer publicação, pela ANEEL, de despacho referente à entrada em operação comercial das SPEs, entregando-lhe cópia simples da referida publicação em até 1 (um) dia útil contado da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua ocorrência;
- (vi) notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) dia útil contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (vii) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial ou cujo não pagamento não resulte em um efeito material adverso para a Emissora, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas;
- (viii) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (ix) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

- (x) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (xii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (xiii) não distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, a seus acionistas, controladores (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (xiv) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) dias úteis após solicitação escrita nesse sentido feita pelo Agente Fiduciário;
- (xv) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada aos Eventos de Inadimplemento, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis após o seu recebimento;

- (xvi) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (xvii) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (xviii) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (xix) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xx) caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (xxi) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xxii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nos itens **Error! Reference source not found.** e **Error! Reference source not found.**; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (xxiii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta Escritura;
- (xxiv) contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador e Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário, bem como a tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (xxv) não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os bens objeto dos Contratos de Garantia, com exceção das garantias que serão constituídas no âmbito dos Financiamentos de Longo Prazo;

- (xxvi) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias e a Garantia Servinoga;
- (xxvii) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Garantias, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as obrigações garantidas, incluindo, mas não se limitando aos bens dos Contratos de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as obrigações garantidas;
- (xxviii) aplicar os recursos nos termos da Cláusula 3.5 acima;
- (xxix) notificar em até 1 (um) dia útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas; e
- (xxx) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (xv) da Cláusula 7.4., no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xvi) da Cláusula 7.4. abaixo.

6.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

6.3. Os Acionistas Fiadores Brasileiros e a Servinoga, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obrigam a:

- (i) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (ii) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias e a Garantia Servinoga;
- (iii) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Garantias, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as obrigações garantidas, incluindo, mas não se limitando aos bens dos Contratos de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser

propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as obrigações garantidas;

- (iv) notificar em até 1 (um) dia útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas; e
- (v) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário nas hipóteses previstas nesta Escritura, os Acionistas Fiadores Brasileiros devem realizar o pagamento do Valor Garantido, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento de notificação, e a Servinoga será executada nos termos da Garantia Servinoga.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;

- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- (xi) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (xii) para fins do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário informa que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário no período.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPAR, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no

exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, exceto aqueles objetos da presente Escritura, todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, ressalvado o previsto na Cláusula 7.7.4 abaixo, que correrão integralmente por conta da Emissora; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, às expensas da Emissora, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como valor dos bens dos Contratos de Garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso "ix" do artigo 12, da Instrução CVM 28;

- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do

mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e

- (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no escritório do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na CETIP.
- (xvii) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório de que trata o item (xv) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxi) acompanhar com o Banco Liquidante na Data de Vencimento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura; e
- (xxii) disponibilizar, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário e da Remuneração das Debêntures a ser realizado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização

de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas, observadas as condições desta Escritura;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (v) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do item (v) da Cláusula 7.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

7.7.1. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

7.7.3. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, se assim expressamente notificado.

7.7.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.7.6. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.7. A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.7.8. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, bem como às demais despesas efetuadas por este no decorrer da sua atuação, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. As despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, devendo o Agente Fiduciário enviar cópia de todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

7.9. As despesas previstas acima necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço são: publicações em geral, notificações, extração de certidões, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, transportes, alimentação, estadias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas ou indenizações eventualmente pagas em decorrência da constituição da Garantia Servinoga prevista na Cláusula 4.1.10.2.11, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

7.9.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas de cada uma das séries, quando existentes, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral comum às duas séries, quando existentes, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias contado da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias contado da nova publicação do edital de convocação.

8.6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.7. Independentemente das formalidades previstas na Cláusula 8.6 acima, será considerada regular a assembleia-geral a que comparecerem todos os Debenturistas.

8.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.11. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por mais de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures, garantias, *quora* e eventos de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.11.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

8.11.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante as Partes, e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS ACIONISTAS FIADORES BRASILEIROS

9.1. A Emissora declara e garante, individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Contrato de Suporte de Acionistas e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem as Portarias do Ministério de Minas e Energia números: 361, de 22 de julho de 2014; 357, de 22 de julho de 2014; 380, de 29 de julho de 2014; 326, de 11 de julho de 2014; 334, de 14 de julho de 2014; 335, de 14 de julho de 2014; 344, de 17 de julho de 2014; 343, de 17 de julho de 2014; 362, de 22 de julho de 2014; e 326, de 22 de julho de 2014 ("Autorizações") ou qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, inclusive em relação ao Projeto;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura, o Contrato de Suporte de Acionistas e os Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures, bem como a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia, não infringem: (i) qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, inclusive, mas não se limitando, às Autorizações, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEPAR e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) tem e estão válidas todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, a intervenção na autorização relacionada ao Projeto ou que possa resultar extinção da autorização do Projeto nos termos dos artigos 35 a 38 da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (ix) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) a Emissora está cumprindo os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (xii) todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade e/ou dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou de empresas do grupo econômico da Emissora e/ou dos Acionistas Fiadores Brasileiros, conforme o caso, e se encontram livres e desembaraçados de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelos Contratos de Garantia;
- (xiii) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xiv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

- (xv) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que, no melhor conhecimento da Emissora, possa vir a causar um impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xvi) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, às Debêntures ao Contrato de Suporte de Acionistas ou aos Contratos de Garantia, que, até a Data de Emissão, sejam de seu conhecimento e não tenham sido divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xvii) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário, e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar um impacto adverso relevante na Emissora; e
- (xviii) inexistência de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável, pela Emissora ou suas coligadas e controladas.

9.2. Os Acionistas Fiadores Brasileiros declaram e garantem, individualmente e em relação a si próprios, que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) o FIP Actis é um fundo de investimento em participações constituído nos termos da regulamentação aplicável, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizado a desempenhar as atividades descritas em seu regulamento;
- (ii) a Pattac é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iii) a Atlantic é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iv) a Atlantic e a Pattac estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura, os Contratos de Garantia e o Contrato de Suporte de Acionistas e o FIP Actis está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e o Contrato de Suporte de Acionistas, e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (v) a celebração desta Escritura, do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia pela Atlantic e pela Pattac e a celebração desta Escritura e do Contrato de Suporte de Acionistas pelo FIP Actis, e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas

não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelos Acionistas Fiadores Brasileiros;

- (vi) os representantes legais que assinam esta Escritura, o Contrato de Suporte de Acionistas e os Contratos de Garantia pela Atlantic e pela Pattac e os representantes legais que assinam esta Escritura e o Contrato de Suporte de Acionistas pelo FIP Actis têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (vii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia pela Atlantic e pela Pattac e a celebração desta Escritura e do Contrato de Suporte de Acionistas pelo FIP Actis não infringem: (i) qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais os Acionistas Fiadores Brasileiros sejam parte, ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que os Acionistas Fiadores Brasileiros ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seus conhecimentos e que afetem os Acionistas Fiadores Brasileiros ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (viii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Atlantic e pela Pattac, de suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte de Acionistas e, pelo FIP Actis, de suas obrigações nos termos desta Escritura e do Contrato de Suporte de Acionistas, bem como das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEPAR e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, o registro do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e do registro das Debêntures na CETIP;
- (ix) somente com relação à Atlantic e à Pattac, têm todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Atlantic e a Pattac não têm ciência nem foram notificados acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (x) as demonstrações financeiras dos Acionistas Fiadores Brasileiros, datadas de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira dos Acionistas Fiadores Brasileiros naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências dos Acionistas Fiadores Brasileiros;

- (xi) pela Atlantic e pela Pattac cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte de Acionistas e o FIP Actis cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e do Contrato de Suporte de Acionistas;
- (xii) os Acionistas Fiadores Brasileiros estão cumprindo os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras dos Acionistas Fiadores Brasileiros;
- (xiii) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (xiv) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pelos Acionistas Fiadores Brasileiros, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xv) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante nos Acionistas Fiadores Brasileiros, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Atlantic e da Pattac de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Suporte de Acionistas e/ou que possam afetar a capacidade do FIP Actis de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Suporte de Acionistas;
- (xvi) não há fatos relativos aos Acionistas Fiadores Brasileiros ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, sejam de seu conhecimento e não tenham sido divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xvii) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário, e não há, no melhor conhecimento dos Acionistas Fiadores Brasileiros, pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar um impacto adverso relevante nos Acionistas Fiadores Brasileiros; e
- (xviii) inexistente violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável, pela Emissora ou suas coligadas e controladas.

10. COMUNICAÇÕES

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



(i) Para a Emissora:

SANTA VITÓRIA DO PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, Curitiba/PR
At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder
Tel: (41) 3079-7100
E-mail: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

(ii) Para os Acionistas Fiadores Brasileiros:

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, Curitiba/PR
At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder
Tel: (41) 3079-7100
E-mail: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2601, 8º andar, cj. 84, Jardim Paulistano
São Paulo/SP
At.: Sr. Sergio Guimarães de Mello Brandão e Sr. Bruno Marques de Moraes
Tel: (11) 3844-6300
E-mail: sbrandao@act.is e bmoraes@act.is

PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 231, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, Curitiba/PR
At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder
Tel: (41) 3079-7100
E-mail: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca
CEP 22640-102, Rio de Janeiro/RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro / e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iv) Para quaisquer das SPEs:

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, Curitiba/PR
At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder
Tel: (41) 3079-7100
E-mail: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

(v) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
CEP 06029-900, Osasco, SP
At.: João Batista de Souza / Fabio da Cruz Tomo
Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852
Fac-símile: (11) 3684-5645
Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

(vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar
Rio de Janeiro, RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP
CEP 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante e Escrirador Mandatário, ao Agente Fiduciário pela Emissora.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias consecutivos.

11.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito

cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

11.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

11.5. A Emissora e/ou os Acionistas Fiadores Brasileiros não poderão alienar ou ceder a presente Escritura, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente das Debêntures, incluindo desta Escritura sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora e/ou dos Acionistas Fiadores Brasileiros.

11.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.8. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos Incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.10. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12. ARBITRAGEM

12.1. Sem prejuízo de execução das obrigações estabelecidas nesta Escritura por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados a esta Escritura, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão, interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos ("Controvérsia") não solucionadas de comum acordo entre as Partes dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos contado de uma notificação por outra Parte sobre o conflito, serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvidas por meio de arbitragem a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento" e "Câmara"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral").

12.2. Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nesta Escritura, que serão substituídos pela arbitragem.

12.3. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os dois árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro nos termos do Regulamento, as nomeações faltantes serão feitas pela Câmara.

12.4. Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo três ou mais Partes que não possam ser reunidas em blocos de Requerentes e Requeridas, todas as Partes, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas Partes de notificação da Câmara nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da Câmara. Caso as Partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como presidente.

12.5. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira, vedado o julgamento por equidade. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as desta Escritura.

12.6. A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento e a arbitragem será sigilosa.

12.7. A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que a revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

12.8. A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as Partes, o valor de decisão final e irrecurável.

12.9. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário, no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

12.10. As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula 12 deverão ser arcadas pela Parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela Parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Curitiba/PR, 06 de janeiro de 2015.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)



(Página de assinaturas 1/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder

Nome:

Cargo: Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Thiago Correa Marder

Nome:

Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64

Handwritten initials and signatures in the bottom right corner.

(Página de assinaturas 2/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

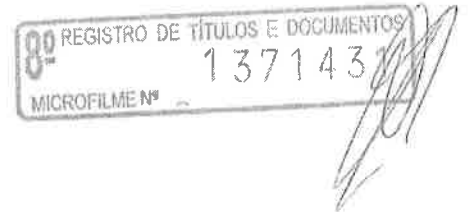
Cargo:

José Roberto de Moraes
CPF/MF 007.481.418-47

Nome:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64



(Página de assinaturas 3/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Nome: Sergio Guimarães de M. Brandão
Cargo:
RG: 12.566.416 SSP / SP
CPF: 089.623.928-44

Nome: Bruno Marques de Moraes
Cargo:
RG: 33.363.000-2 SSP / SP
CPF: 372.415.078-43



(Página de assinaturas 4/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

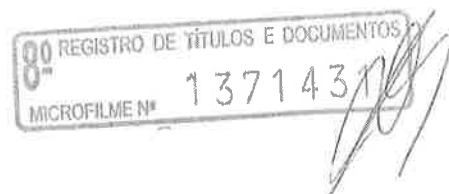
PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Marcelo Leite Marder

Nome: Marcelo Leite Marder
Cargo: CPF/MF 021.562.599-41

Mauro Fontoura Marder

Nome:
Cargo: Mauro Fontoura Marder
CPF/MF 354.711.749-68



(Página de assinaturas 5/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

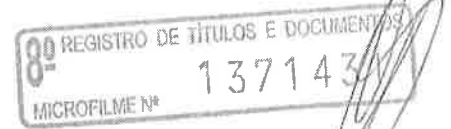
Marcelo Leite Mardeir

Nome:

Cargo: Marcelo Leite Mardeir
CPF/MF 021.562.599-41

Nome:

Cargo: Thiago Corrêa
CPF/MF 034.048.000-05



(Página de assinaturas 6/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder

Nome:

Cargo:

Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Thiago Correa Marder

Nome:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

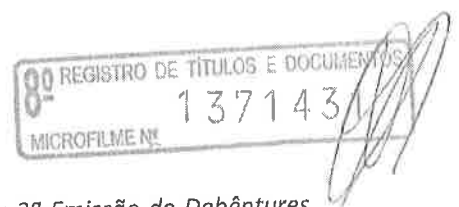


(Página de assinaturas 7/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder
Nome:
Cargo: Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Thiago Correa Marder
Nome:
Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64



(Página de assinaturas 8/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder

Nome:

Cargo: Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Nome:

Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64

PM
LA

(Página de assinaturas 9/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

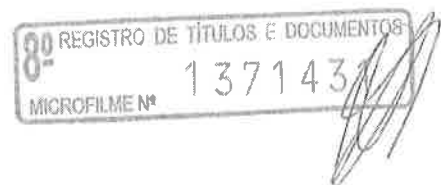
Marcelo Leite Marder

Nome:

Cargo: Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Thiago Correa Marder
Nome:

Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64



(Página de assinaturas 10/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

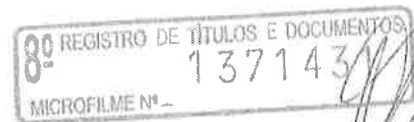
Marcelo Leite Marder

Nome: Marcelo Leite Marder
Cargo: CPF/MF 021.562.599-41

Thiago Correa Marder

Nome: Thiago Correa Marder
Cargo: CPF/MF 034.048.069-64

[Handwritten signature]



(Página de assinaturas 11/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder

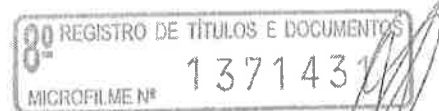
Nome:

Cargo: Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Nome:

Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64

Handwritten initials and marks at the bottom right corner, including 'TM', 'SA', and 'X'.



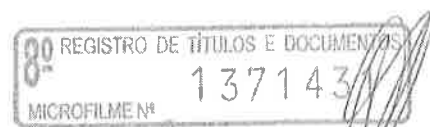
(Página de assinaturas 12/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder

Nome:
Cargo: Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Nome:
Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64



(Página de assinaturas 13/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder

Nome:

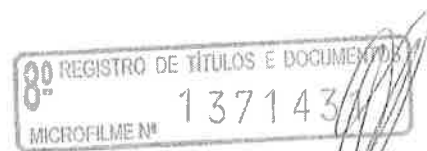
Cargo: Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Thiago Correa Marder

Nome:

Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



(Página de assinaturas 14/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder

Nome:

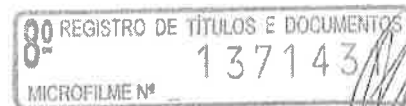
Cargo: Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Thiago Correa Marder

Nome:

Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64

M
T
h
h
h



(Página de assinaturas 15/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder

Nome: Marcelo Leite Marder
Cargo: CPF/MF 021.562.599-41

Nome:
Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64



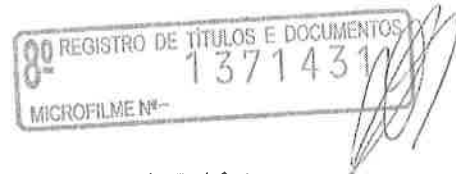
(Página de assinaturas 16/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Marcelo Leite Marder

Nome:
Cargo: Marcelo Leite Marder
CPF/MF 021.562.599-41

Nome:
Cargo: Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64




(Página de assinaturas 17/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Gisimara Oliveira**
Cargo: **Kaio Ferreira**
Procuradora

(Página de assinaturas 18/18 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

TESTEMUNHAS:

1. 
Nome: Geraldo José Filiagi Cunha
RG: 36.872.164-4

2. 
Nome: DANIELE MULLER PORTELA
RG: CPF: 019.917.329-02



Emol.
Estado
Ipesp
R. Civil
T. Justiça

8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.311.893/0001-20
Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial
R\$ 8.588,88 Protocolado e prenotado sob o n. **1.371.431** em
R\$ 2.441,06 **15/01/2015** e registrado, hoje, em microfilme
R\$ 1.808,18 sob o n. **1.371.431**, em títulos e documentos.
São Paulo, 15 de janeiro de 2015
R\$ 452,05
R\$ 452,05

Total R\$ 13.742,22

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba


Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial
Cristiano Assunção Duarte - Escrevente Substituto